



FUNDAMENTOS SÓCIO HISTÓRICOS DAS RURALIDADES SUL-RIO-

GRANDENSES: uma análise a partir do método crítico dialético de Marx

SOCIO HISTORICAL FUNDAMENTS OF THE RURALITIES IN THE RIO

GRANDE DO SUL STATE: an analysis based on the critical dialectical method of Marx

Bruna Michele Engel

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)

Jessica Flores Mizoguchi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)

Mailiz Garibotti Lusa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir os fundamentos sócio históricos brasileiros e sul-rio-grandenses, apontando para a existência de diversas ruralidades e reconhecendo a dialética capitalista no campo. Apresenta uma discussão decorrente de pesquisa no âmbito das ciências sociais aplicadas, fundamentada no método crítico dialético, de abordagem qualitativa e tipo bibliográfica e documental. No seu desenvolvimento, destaca-se o materialismo histórico dialético como método de investigação dessa realidade, que possibilita o reconhecimento dos fundamentos sócio históricos e das atuais ruralidades.

PALAVRAS-CHAVE: Fundamentos sócio históricos. Ruralidades. Método dialético crítico.

ABSTRACT

This article aims to discuss the socio historical fundaments of the Brazil and Rio Grande do Sul State, pointing to the existence of various ruralities and recognizing the dialectic of the capitalist in the field. It presents a discussion arising from research in the field of applied social sciences, based on the critical dialectical method, with a qualitative approach and a research bibliographic and documentary. In its development, to highlight the dialectical historical materialism as a method of investigation of this reality, which enables the recognition of socio-historical foundations and current ruralities.

KEYWORDS: Socio historical fundaments. Ruralidades. Critical dialectical method.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS PARA A ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS SÓCIO HISTÓRICOS DAS RURALIDADES SUL-RIO-GRANDENSES



Ajustar as lentes e aproximar o olhar para o reconhecimento dos determinantes e das particularidades do campo através do método crítico dialético é o objetivo desse trabalho, que versa sobre os fundamentos sócio históricos das ruralidades brasileiras e sul rio-grandenses.

Em uma breve aproximação do estado do Rio Grande do Sul (RS) reconhece-se que ele é permeado por ruralidades. Por sua vez, entende-se por ruralidades os diferentes modos de vida, de trabalho e de produção no campo, construídas pelo processo sócio histórico, político e econômico, como também determinados pelos aspectos do clima, pelos solos, pelo relevo e pela hidrografia do Estado. Esses elementos interferem na forma de ocupação e exploração agrícola, determinando, desde o início da colonização até a atualidade, o modo de apropriação das terras e, assim, a constituição do modo de produção capitalista.

Mas o estudo do processo sócio histórico pode auxiliar na investigação da realidade agrária? O modo de produção capitalista está presente e produz repercussões no campo? Ou o campo seria algo tão distinto da cidade, inclusive no modo de produção? Esse trabalho começará a ensaiar respostas a essas indagações, sem a pretensão de esgotar tais problematizações.

Para isso, necessariamente a discussão se dará com aportes no método crítico-dialético, com destaque para algumas categorias consideradas essenciais para a investigação e compreensão das ruralidades do RS. Nesse sentido, serão dedicados alguns itens deste trabalho para a discussão do método, já na sua relação dialética com o objeto deste trabalho.

É importante situar que esta reflexão se articula ao desenvolvimento de uma pesquisa no âmbito das ciências sociais aplicadas, com financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação (CNPq). Aporta-se no materialismo histórico dialético como perspectiva teórica, com abordagem qualitativa sobre o tema e foi realizada através da pesquisa bibliográfica e documental.

No seu desenvolvimento serão apresentados primeiramente os principais elementos do método crítico dialético de Marx que possibilitam a apreensão da realidade concreta. Na sequência reflete-se sobre os fundamentos sócio históricos da realidade agrária brasileira e das ruralidades sul rio-grandenses, apresentando, por fim, algumas considerações finais que não encerram esse debate, pelo contrário, convidam ao aprofundamento da discussão.

2 O MÉTODO CRÍTICO DIALÉTICO DE MARX PARA A APREENSÃO DA REALIDADE CONCRETA DO CAMPO



A perspectiva teórica que fundamenta a produção de conhecimento desta discussão é o materialismo histórico dialético proposto por Marx, considerado aqui como um método que possibilita a apreensão da realidade concreta. Esse método científico se propõe a analisar os fenômenos sociais concretos que se apresentam de modo “móvel, múltiplo, diverso e contraditório” (LEFEBVRE, 1991, p. 70), isto, pois entende que os fenômenos sociais não podem ser entendidos isoladamente ou aparte da realidade concreta.

É evidente que o método de marxista “não resulta [...] de intuições geniais ou de inspirações iluminadas. Antes, é o produto de uma longa elaboração teórico-científica, amadurecida no curso de sucessivas aproximações ao seu objeto” (NETTO, 2011, p. 28). O método foi desenvolvido ao longo de sua obra e culmina n’O Capital. Nessa obra o autor tem por objetivo compreender como funciona a sociedade capitalista, para, a partir disso, pensar, propor e produzir a transformação desta ordem societária (HARVEY, 2013). O método adquire este mesmo significado e potencialidade presente n’O Capital: a transformação revolucionária no plano abstrato, que também transforma o plano concreto da vida em sociedade, pois “para Marx, um conhecimento novo surge do ato de tomar blocos conceituais radicalmente diferentes, friccioná-los uns contra os outros e fazer arder o fogo revolucionário” (HARVEY, 2013, p. 16).

Logo, esse modo de apreender o real rompe com a pseudoconcreticidade (KOSIK, 1989), isto é, supera a manifestação cotidiana da aparência dos fenômenos e conhece sua essência. Com o método de abordagem dialético é possível penetrar no “mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade” (MARCONI; LAKATOS, 2013, p. 110).

Isso posto, o método em Marx possibilita uma profunda investigação da realidade rural, desnudando suas aparências, sua imediatez, uma vez que “[...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto” (NETTO, 2011, p. 22). É esse desnudamento que permite afirmar que o campo não se constitui apenas de agricultor, de sementes, de água e de terra. Existem relações sociais, econômicas, políticas e culturais de poder, interesses, explorações e resistências. É uma constituição diversa, instável, multifacetada.

Compreender estas relações do campo, nexos causais em mediação e contradição, em uma perspectiva de totalidade, demanda o uso de um método de investigação capaz de apreender a realidade em sua concretude, para analisá-la e responder as questões aqui propostas. Além disso, há que atentar para o fato de que na dialética marxista tudo está em constante

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



movimento: nada é estático ou permanente, pois tudo se transforma, inclusive o campo em suas ruralidades.

É isso que ele chama de método de descenso – partimos da realidade imediata ao nosso redor e buscamos, cada vez mais profundamente, os conceitos fundamentais dessa realidade. Uma vez equipados com esses conceitos fundamentais, podemos fazer o caminho de retorno à superfície – o método de ascenso – e descobrir quão enganador o mundo das aparências pode ser. Essa posição vantajosa nos permite interpretar esse mundo em termos radicalmente diferentes (HARVEY, 2013, p. 19).

Percebe-se que para apreender a realidade é preciso utilizar categorias-chave que compõem e traduzem o caminho percorrido pela análise da aparência imediata à essência mediada, o que requer o trânsito contínuo do concreto ao abstrato e do abstrato novamente ao concreto, possibilitando a discussão da realidade concreta.

Dito isso, explicita-se a compreensão de que são as categorias contradição, historicidade e totalidade, articuladas de forma indissociável, que possibilitam o reconhecimento da dialética capitalista.

A categoria contradição é essencial ao método dialético. Ela não é mera tensão ou antagonismo dos fatos, refere-se a aspectos contrários que são inter-relacionados a uma oposição inclusiva (CLOSS, 2015), pois é ela que dá movimento à realidade, pressupondo a superação das sínteses provisórias.

Neste sentido, entende-se que o modo de produção capitalista apresenta uma contradição inerente a sua existência: se por um lado gera produção de riquezas, de outro consequentemente e necessariamente produz miséria. Noutras palavras, a contradição fundante do capitalismo é o caráter social da produção e a forma privada de apropriação dessa riqueza. Este processo é explicado pela lei geral de acumulação capitalista (MARX, 2013). Em síntese: o processo de produção capitalista tem base na contradição entre o capital e o trabalho.

Já a historicidade consiste em apreender o movimento realizado pelo real, sua constante transformação, sua processualidade, seu caráter histórico. Implica em analisar os fenômenos à luz da história, não de modo linear, mas dialético, e contextualizá-los, tendo em vista identificar possíveis tendências em curso (CLOSS, 2015).

Nesse mesmo sentido, a história só existe, pois não inicia sempre do princípio, mas leva-se em conta o já produzido pelas gerações precedentes (KOSIK, 1989). É nessa perspectiva que, conhecer os aspectos sócio históricos e políticos do Rio Grande do Sul e do Brasil contribuem para compreender como foram se constituindo as características do rural, que, em alguns casos, permanecem até os dias atuais.



Estas categorias, articulando-se na perspectiva da totalidade, possibilitam a ampliação do olhar para os fatos da realidade, não como a mera soma desses fatos, mas a relação interestrutural que eles adquirem em conjunto, a qual não existiria se fossem analisados isoladamente (KONDER, 2008). É nesse sentido que se deve ponderar o espaço agrário diretamente em relação ‘ao’ e ‘com’ o espaço urbano. Pelo contrário, caso se tratasse do campo e da cidade como uma relação dual(dualidade), não se estaria apreendendo o verdadeiro movimento da realidade, que está na articulação de unidade entre esses espaços particulares. Desse modo, quando se fala em totalidade, obviamente não se está considerando que a realidade se esgota em si, pois ela é “sempre mais rica do que o conhecimento que a gente tem dela” (KONDER, 2008, p.39).

Assim, entende-se que a totalidade que compõe a realidade concreta do campo no capitalismo brasileiro pode ser apreendida processualmente quando observada em sua historicidade e nos processos contraditórios que dialeticamente são produzidos. Eis a importância e contribuição do método para a reflexão sobre os fundamentos sócio históricos da realidade sul-rio-grandense.

3 A EMERSÃO DOS FUNDAMENTOS SÓCIO HISTÓRICOS DAS RURALIDADES A PARTIR DO MÉTODO CRÍTICO-DIALÉTICO

3.1 As bases agrárias do capitalismo brasileiro

A partir das reflexões sobre método, especialmente para as categorias destacadas nos itens precedentes, parte-se agora para a discussão propriamente dita dos fundamentos sócio históricos da sociedade capitalista brasileira. Compreende-se que os elementos da formação sócio histórica possibilitam melhor identificar as relações entre campo e cidade.

É importante situar a discussão sobre a existência do capitalismo no campo, pois tal debate perpassa as reflexões sobre as ruralidades presentes na atualidade, mesmo que em breves linhas e sem maiores pretensões conclusivas para uma questão tão profunda. Neste sentido, aponta-se a existência de uma posição mais polêmica, que identifica o Brasil da exploração agrária como uma formação de perfil semifeudal e pré-capitalista (GUIMARÃES, 1968). Discordando desta posição, há autores que destacam as particularidades da formação econômica brasileira, identificando no período colonial o estabelecimento de um modo de produção, que confere as bases da acumulação primitiva do capital, baseado na “forma de

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



plantagem”, denominada de “economia política do escravismo colonial”, a qual produziu implicações objetivas para a configuração da sociedade capitalista brasileira (GORENDER, 1978).

Corroborando esta última tese sobre a existência de bases para o estabelecimento do capitalismo a partir do Brasil rural, outros autores afirmam sobre as origens agrárias da acumulação primitiva de capital, que se funde com o capital mercantil, conferindo as bases para a instalação do capitalismo e também determinando as características da economia na atualidade (IANNI, 1984a e 1984b; HIRANO, 2008). Por um lado, há a tese de que as influências agrárias na sociedade capitalista, a qual vai gradualmente se constituindo e se consolidando no país, teriam afetado a organização do Estado contemporâneo (IANNI, 1984a). Por outro lado, há a tese de que a economia agrária colonial participou diretamente da acumulação originária de capital, através da produção mercantil simples, a qual teria colaborado contundentemente para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, a partir da substituição da mão de obra livre pela assalariada e o conseqüente aparecimento das duas classes sociais fundamentais: dos capitalistas e dos operários. Contudo, há de se atentar para a consideração de que este Brasil agrário, premente na formação sócio histórica do país, não pode ser considerado desde sempre capitalista, visto que, nas relações sociais de produção de grande parte dos séculos de história do país, a dominação ocorreu especialmente pelo primado do político e não do econômico (HIRANO, 2008).

Logo, entende-se que o capitalismo inicia seu desenvolvimento no espaço agrário a partir do modo de produção escravista colonial (GORENDER, 2005), que possibilitou a acumulação primitiva de capital. Todavia, é com a soma da acumulação primitiva de capital, com a abolição da escravatura e com o impulsionamento resultante do trabalho livre que será delineado efetivamente o capitalismo enquanto modo de produção no Brasil (GORENDER, 2005). Após, gestou-se também para o espaço urbano, configurando-se como o conhecemos atualmente, com investimentos estrangeiros e com suas atividades econômicas financeiras.

Nota-se que essa estrutura de produção provoca resultados no espaço agrário como a histórica concentração de terras, associada aos interesses dos monopólios transnacionais, produzindo desigualdades sociais no campo e também na cidade, com especificidades distintas. Logo, essa realidade contraditória que está sendo analisada, não é estática, está em constante movimento e desse modo se produz e é produzida no processo histórico. Nesse processo, um primeiro pressuposto basilar é que

São as relações econômicas e políticas dos homens que transformam a terra em terra de pasto e plantio; a mata em reserva de índios, drogas do sertão, látex, castanha,

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



lenha, madeira, peles; o rio em reserva de peixes e caminho; a sombra em repouso; os espaços em lugares: sem fim, sertão, floresta, cerrado, seringal, centro; sítio, latifúndio, posse, fazenda, arraial (IANNI, 1984, p. 230).

Outro pressuposto ao discutir tais fundamentos é que o processo pelo qual o espaço rural vai marcando a história da nação será significado e ressignificado a partir dos interesses do Estado e da classe dominante brasileira. Este rural da produção agrária sempre estará presente, desde os tempos coloniais, ao momento atual de capital financeiro. Por isso, entende-se que as raízes do Brasil rural de hoje são anteriores ao tempo presente, remetendo, inclusive, aos traços dos povos ibéricos que aqui chegaram, apossaram-se das riquezas e exploraram mulheres e homens.

Este Brasil rural traz consigo o traço da obediência ao proprietário de terras, prestada sem nenhuma ou com pouca contestação. Dele emana um poder político de ordem fundiária, que se transporta para todas as esferas e âmbitos das relações sociais, desde a Casa Grande, até as senzalas, as roças de cana, as minas, os campos dos pampas, planaltos e do sertão, chegando aos cartórios de Paz, às Câmaras, ao comércio, às instituições financeiras, enfim, à administração política de qualquer recanto do país.

Dialeticamente, do exercício deste poder político por poucos, resultava a subalternidade da maioria. No entorno do proprietário de terras, viviam contingentes significativos de subalternos sempre a produzir riquezas coletivamente, que lhe eram privadamente extraídas. As características rurais da colônia tornaram-se traços da nação.

A grande produção agrícola voltada para a exportação; a pequena produção dirigida para a subsistência dos camponeses e da nação; a aparente harmonia social no campo, representada pelas comunidades rurais; a religiosidade preponderante; as relações de vizinhança a sustentar a inexistência de políticas de Estado que pudessem suprir as necessidades básicas da população rural; as relações de compadrio; a submissão do trabalhador rural livre, do volante, do arrendatário, do meeiro, do posseiro, do colono e, até mesmo, do pequeno proprietário e produtor rural, em relação ao latifundiário; entre outras características do mundo rural, tudo permanece relativamente intacto até os dias atuais (LUSA, 2012, p. 61).

Dentre as tímidas transformações que vão ocorrendo, destaca-se o surgimento e adensamento dos centros urbanos, que vai conferindo aos poucos um perfil urbano e industrial à sociedade, sem retirar-lhe o traço marcadamente agrário.

Esse Brasil de origens agrárias, de feições rurais, arrasta-se até o século XX, quando o Estado remete suas ações para o desenvolvimento industrial e urbano da nação, promovendo ações faraônicas e fragmentadas. A perspectiva desenvolvimentista muito colabora para o resultado insuficiente deste processo de modernização conservadora (NETTO, 1992), que visou



o aceleramento econômico, através da industrialização intensiva no espaço urbano e da tecnificação e mecanização do campo.

Enfim, entende-se que, ainda que a industrialização tardia tenha ocorrido, ela ocorreu com base no Brasil agrário, pois foi ele que conferiu o capital primitivo e a força de trabalho livre necessários para a exploração industrial, bem como boa parte dos recursos de origem tributária, que o Estado passa a investir na industrialização e urbanização do país, a partir do Estado Novo.

3.2 As bases sócio históricas das ruralidades Sul-Rio-Grandenses

Para tratar sobre os fundamentos sócio históricos das ruralidades no Rio Grande do Sul, considera-se como um primeiro pressuposto que seu processo histórico de constituição e configuração se iniciará antes mesmo da chegada dos portugueses ao estado. Isso, pois, o território gaúcho era povoado por diversos grupos indígenas, sendo a tribo *guarani* a mais numerosa. A colonização portuguesa chega ao Estado visando o povoamento das fronteiras, principalmente na região sul e oeste, no Rio da Prata, devido à proteção do domínio territorial por Portugal, para o escoamento da produção via transporte marítimo. Nessa região é que se constituíram as principais propriedades latifundiárias do estado.

Num processo comum aos demais estados brasileiros, houve confrontos e o extermínio das populações indígenas, como também a chegada dos povos africanos na condição de ‘migrantes forçados’ (KUHN, 2004). No entanto, a especificidade desses processos é que ocorrem apenas no século XVIII, quando os colonizadores portugueses avançam no interior da região.

Posteriormente deu-se início a política de colonização com os migrantes europeus, principalmente os italianos, alemães, como força de trabalho livre e assalariada, introduzida no Brasil, por força, somente no período em que se gesta e concretiza a abolição da escravatura. É preciso destacar que houve outras correntes migratórias no estado, mas com menor intensidade, como a de japoneses, açorianos, poloneses, judeus, entre outros.

A chegada dos povos europeus estava estritamente ligada à ideia de desenvolvimento e de progresso, pois tinha por objetivo a instalação da pequena propriedade de produção agrícola, majoritariamente, com destino ao mercado interno. Essa população se estabeleceu principalmente na região centro-norte, uma vez que, os latifúndios capitalistas já se encontravam ao sul do Estado. Na perspectiva alemã, a vinda para o Brasil, representava

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



“aliviar a tensão social decorrente do processo de industrialização e mecanização da produção” (KUHN, 2004, p. 90). Para os italianos, além dos motivos comuns aos alemães, buscavam escapar de uma crise econômica que ocorreu logo após a unificação e formação do Estado nacional (KUHN, 2004, p. 96).

Logo, a colonização europeia significou a circulação de capital e a obtenção de lucro para o capitalismo. Isso em decorrência do aumento das propriedades privadas e do crescimento de empresas colonizadoras destinadas a comercialização de terras para a formação das colônias, iniciada a partir da Lei de Terras de 1850, que mercantilizou este bem natural, dando razão aos conflitos e disputas fundiárias. Somado a isso, foi a acumulação de capital das empresas de colonização que permitiu e intensificou o desenvolvimento industrial no estado do RS, principalmente nas áreas de cervejarias, fábricas de calçados, olarias, curtumes, entre outros (KUHN, 2004).

Logo, os imigrantes europeus eram vistos com “bons olhos” pelo Estado brasileiro e assim também acontecia no RS. Já o caboclo nativo, ou seja, os lavradores nacionais, descendentes pobres de portugueses, povos indígenas e africanos, eram vistos com desprezo, pois não se enquadravam nesse modelo de progresso agrícola capitalista.

Especificamente, os caboclos tinham por modo de produção o sistema de queimadas, herdado dos indígenas, que se associava a migração para novas terras, conforme variava a fertilidade dos solos. Sua sobrevivência era decorrente, principalmente, da extração de erva-mate, da agricultura de subsistência, da coleta, da caça e da pesca. Nas áreas onde não havia a possibilidade de extração da erva-mate, os camponeses caboclos vendiam sua força de trabalho para grandes fazendeiros, na condição de agregados ou posseiros, ou para o Estado, na construção de obras ou na prestação de serviços de polícia (ZARTH, 2009).

Os caboclos se instalaram nas terras devolutas na região central e norte do estado, uma vez que na região sul do RS encontravam-se as grandes estâncias de gado. Foi, inclusive, nas regiões de terra em que viviam os caboclos que as companhias de colonização destinaram para a venda aos imigrantes europeus, o que gerou diversos conflitos entre os migrantes e esta população local.

Foi preciso uma intervenção do governo, limitando as áreas terra em lotes para cada família, o que fez com que o caboclo perdesse a abundância de terras virgens, que lhe conferiam liberdade de deslocamento e possibilidade de produção. Não obstante, os caboclos tiveram movimentos distintos de resistência diante da colonização no estado: “migrar e fugir para o mato”, “defender-se na justiça” e o “confronto direto” (ZARTH, 2009, p. 238).

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



A partir desse breve percurso histórico, olhar para a totalidade rural sul-rio-grandense, a partir da sua historicidade, possibilita a identificação de diversas ruralidades no espaço geográfico, social, econômico, político e cultural do Estado. A partir disso, entende-se que existe no espaço sul rio-grandense o rural da grande produção capitalista, baseada da concentração fundiária, nas tecnologias e nos agrotóxicos, mais alocados ao sul do Estado; o rural de resistência ao grande capital, representado nas ocupações e nos assentamentos agrários, com mão de obra familiar e a de produção comunitária e/ou cooperativada; o rural dos camponeses que sobrevivem com uma pequena produção e com a venda da sua força de trabalho; e o rural de agricultura familiar, de pequenas e médias propriedades, pouco capitalizadas, que se utilizam principalmente dos sistemas de parceria com as agroindústrias, localizado principalmente na região serrana.

O reconhecimento preliminar da articulação entre os fundamentos sócio históricos, com a atual realidade do campo no RS não se esgota neste exercício reflexivo. Pelo contrário, o resgate destes fundamentos leva a abertura de sempre novas indagações sobre a dinâmica capitalista que vai se constituindo no campo e sobre as relações sociais que vão marcando o modo de vida e de trabalho de homens e mulheres no espaço rural nesta região do país. Isso recoloca o debate em outro patamar de indagações, as quais poderão mobilizar novos esforços investigativos para compreender a diversidade agrária que é constitutiva de cada região do estado do RS.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pretende finalizar este debate, mas resgatar elementos que sinalizam conclusões parciais, pois as discussões iniciadas nesse trabalho seguirão em pauta tanto no decorrer da pesquisa, que ainda se encontra em desenvolvimento, quanto em outros espaços em que houver interesse.

Constata-se primeiramente que a apreensão da realidade a partir do método dialético crítico possibilita uma leitura ampla dos fatos sociais que a compõe. Não de forma isolada e fragmentada, mas de forma articulada, em sua contradição e historicidade. Desse modo, a apreensão dos fundamentos sócio históricos brasileiros e sul-rio-grandenses, a partir desse método, é basilar para compreender o desenvolvimento do modo de produção e exploração capitalista no campo, resultando no desenho do espaço agrário brasileiro e determinando, fundamentalmente, o perfil de sociedade e de Estado hoje existentes no Brasil.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Na agricultura gaúcha, nota-se a chegada dos imigrantes europeus, como um aspecto fundamental para a consolidação do capitalismo, embora essa realidade também expresse traços dos camponeses caboclos e de suas lutas de resistência às formas de produção e ocupação de terras. Isso ocorreu, pois tais imigrantes vieram com o incentivo à modernização, para atender as expectativas do capitalismo brasileiro na região sul do país, em detrimento, do tradicionalismo dos agricultores nativos do estado, implicando no acesso diferenciado aos bens de consumo e afetando diretamente as camadas da população rural mais desprovidas de capital.

Por fim, percebe-se que no espaço agrário brasileiro e gaúcho o capitalismo se desenvolveu a partir da acumulação primitiva de capital realizada durante o período colonial, que produziu repercussões ao longo de seu desenvolvimento histórico, as quais permanecem até os dias atuais. Destaca-se a produção de desigualdades sociais no campo, a partir da histórica concentração de terras, associada aos interesses internacionais.

REFERÊNCIAS

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social**: um estudo a partir da produção da área. 2015. 253 f. Tese de Doutorado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Porto Alegre, 2015.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

_____. Regime territorial no Brasil escravista. In: STEDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 177-215.

HARVEY, David. **Para entender O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543837/mod_resource/content/1/David_Harvey-Para_entender_O_Capital_v.1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

HIRANO, Sedi. **Formação do Brasil Colonial**: pré-capitalismo e capitalismo. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984a.

_____. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1984b.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal Lógica Dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LUSA, Mailiz Garibotti. **A (in)visibilidade do Brasil rural no Serviço Social: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas**. (Doutorado em Serviço Social) Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. vol. I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 23. ed. 8. reimpr.. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ZARTH, Paulo Afonso. Colonos Imigrantes e Lavradores Nacionais no Sul do Brasil: projetos de ocupação da terra em conflito. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. (Org.) **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo, Brasília: Unesp, 2009. vol II. p. 223-24.